

São Paulo, 13 de agosto de 2012

Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais

Por Alexandre Yokote

As perdas em vidas e patrimônio associadas a um evento de desastre natural continuam a ser as mais preocupantes e custosas para Governos e Seguradoras

Segundo levantamento da Swiss-Re, ano a ano a quantidade de eventos associados a desastres naturais está aumentando, só em 2011 ocorreram 325 eventos catastróficos, sendo que 175 são desastres naturais, esses desastres naturais resultaram em 29.000 fatalidades. Em termos de fatalidades, 2010 com o terremoto no Haiti foi muito mais significativo, mas olhando para perdas econômicas, o terremoto de 2011 no Japão foi o pior evento depois do Katrina em 2005. As perdas seguradas em 2011 associadas a desastres naturais foram de 110 bilhões de dólares.

O levantamento apresenta inclusive um cronológico de 2011 para eventos no Brasil, todos associados a enchentes. As nossas perdas econômicas seguradas são pequenas quando comparadas às perdas na Tailândia (US\$ 12 bilhões), mas ainda tivemos mais fatalidades num único evento (902 fatalidades declaradas em 11 de janeiro de 2011 no Rio de Janeiro).

Dados oficiais ainda destacam mais mortes por desastres naturais do que por tumulto e guerras civis nos últimos meses, por mais que tenham ocorridas revoltas na região do Oriente Médio frente aos Governos (exemplo de 846 fatalidades na derrubada do Governo no Egito).

Sim, portanto os desastres naturais pesam no bolso e no coração.

Na última semana o Governo brasileiro lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, com um investimento alocado de 18,8 bilhões de reais entre 2012 e 2014 em ações articuladas de prevenção e redução do tempo de resposta a ocorrências. O foco principal é proteger pessoas em áreas susceptíveis. O plano está dividido em 4 pilares:

- 1) Prevenção com obras de infraestrutura (R\$15,6 bilhões).
- 2) Mapeamento das áreas de risco (R\$ 162 milhões), com a identificação de áreas de risco de deslizamentos e enxurradas em 821 municípios e mapeamento de risco hidrológico em 26 estados e no Distrito Federal.
- 3) Monitoramento e alerta com a estruturação de uma rede nacional (R\$362 milhões).
- 4) Resposta com socorro, assistência e reconstrução (R\$ 2,6 bilhões), incluindo a construção de unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida 2.

Os 821 municípios do segundo pilar são baseados em histórico.

O Plano é extremamente importante visto os problemas com desvios de dinheiro, atraso e condições inadequadas de moradia em que vivem os atuais desabrigados dos eventos de 2011 e que foram destaque na mídia recentemente.

Mas o aspecto preventivo é mais do que crucial, pois este reduz a exposição e protege frente a abrangência dos danos. O mapeamento subsidiará inclusive planos de urbanização e zoneamento.

Contudo há um porém. Os desastres naturais estão aumentando em frequência e intensidade, não apenas pela exposição ou susceptibilidade, mas pela carga. Além disso, as chuvas e vendavais começam a ter padrões incertos e assim os históricos deixam de ser confiáveis. Já

estamos presenciando uma quebra de normalidade e cientistas ainda esperam uma grande revolução nos padrões meteorológicos em função da tão comentada “Mudanças Climáticas”.

Portanto um ponto importante no mapeamento seria analisar a susceptibilidade frente aos efeitos físicos das mudanças climáticas e na prevenção, buscar além da adaptação ao risco, ações que evitem as emissões de gases de efeitos estufa, mesmo que os efeitos ainda sejam declarados como incertos. Lembrando que deveríamos seguir o Princípio da Precaução.

A hierarquia da gestão de riscos tem a quebra de paradigma e mudança de cultura no topo, com uma visão de transformar a vulnerabilidade em uma condição de aproveitamento de oportunidade. Depois temos a eliminação ou redução da probabilidade, em seguida as proteções e somente no fim as contenções e respostas.

Espera-se que o mapeamento seja efetivamente aplicado para um zoneamento visando reduzir a exposição e que esse Plano faça integração com demais ações da Política Nacional de Mudança do Clima.